



(40) Just. / Fin. / Demono.
Câmara Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador Marcos Pereira de Azevedo



254/2019

PROJETO DE LEI Nº /2019

“ESTABELECE CRITÉRIOS DE ANTICORRUPÇÃO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º. A Administração Pública Municipal poderá estabelecer em certames licitatórios, como critério de desempate, a preferência de contratação para empresas que adotem programas de integridade em sua estrutura interna, tendo como objetivo prevenir e evitar no momento de execução do contrato:

- I - Desvio de verbas públicas;
- II - Fraudes contra a Administração Pública;
- III - Atos de improbidade administrativa;
- IV - Atos atentatórios à boa execução do objeto a ser adjudicado no certame licitatório;
- V - Ofensa aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme art. 37, caput, da Constituição Federal; e
- VI - Quaisquer atos que prejudique ou obste à persecução do interesse público;

Art. 2º. A cláusula de desempate poderá ser incluída no edital de licitação, desde que não cerceie a competitividade do certame.

Art. 3º. Considera-se programa de integridade o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com

PASTOR SARGENTO MARCOS
V E R E A D O R

[/VerPastorSargentoMarcos](#) [/PastorSargentoMarcos](#) Gabinete: (13) 4009-2159



objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual por sua vez deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade.

Art. 4º. O desempate consistirá na preferência de contratação das empresas que adotem práticas anticorrupção, demonstrando que utilizam programas de integridade em sua organização interna.

§ 1º - Entende-se por empate as propostas apresentadas em valor igual ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º - Ocorrendo o empate:

I - A empresa que adote programa de integridade mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a contratação da empresa que adote programa de integridade nos moldes do inciso anterior, convocar-se-ão as remanescentes que porventura se enquadrem nos moldes do §1º deste artigo, em ordem de classificação, para apresentarem novas propostas;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas remanescentes que se encontrem no intervalo de 10% da proposta mais vantajosa, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

§3º - Sendo a proposta mais vantajosa oriunda de empresa que adote programas de integridade, não será aplicado o critério de desempate previsto no edital.

Art. 5º - Esta lei não prejudicará os benefícios dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal 123/06, conferidos às micro e pequenas empresas.

PASTOR SARGENTO MARCOS
VEREADOR

[/VerPastorSargentoMarcos](#) [PastorSargentoMarcos](#) Gabinete: (13) 4009-2159



Câmara Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador Marcos Pereira de Azevedo



Art. 6º - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º - As despesas correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Alberto Santos Dumont, em 26 de Novembro de 2019.



MARCOS PEREIRA DE AZEVEDO
VEREADOR

V E R E A D O R



PASTOR SARGENTO MARCOS
VEREADOR

 /VerPastorSargentoMarcos  /PastorSargentoMarcos  Gabinete: (13) 4009-2159



JUSTIFICATIVA

A presente proposta objetiva estabelecer critérios de anticorrupção como critérios definidores na participação das empresas em licitações públicas.

Busca-se considerar como critério de desempate nas licitações públicas o fato de os bens ou serviços produzidos ou prestados por empresa que tenha implantado um departamento ou gerência de auditoria interna e "compliance".

O ordenamento jurídico brasileiro já incorpora modalidades de competitividade diferenciada em processos licitatórios, a exemplo do Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal.

O momento histórico do País faz com que urja a necessidade premente de mecanismos de estímulos às boas, corretas e éticas práticas de relacionamento entre os setores público e o setor privado.

É preciso aprimorar o controle interno da administração pública para além dos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. A sociedade vem cobrando e tem que cobrar. Se tivermos cada vez mais mecanismos contra a corrupção evitaremos que verbas para a saúde, a educação, infraestrutura e outros setores sejam desviados e virem corrupção.

Projetos semelhantes já são aplicadas em outros 14 estados, tendo como objetivo dar maior transparência às atividades das empresas, além de resguardar o Município dos atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por irregularidades, desvios de ética e de conduta e fraudes contratuais.

Nesse contexto, é perceptível que surge um novo princípio de moralidade administrativa vinculado a regras de "compliance" da boa gestão empresarial internalizada no setor público, como se observa pela nova Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846/13).





Câmara Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Vereador Marcos Pereira de Azevedo



Esta lei objetiva estabelecer um dos mecanismos de efetivação da Lei Anticorrupção ao permitir que a Administração Pública Municipal adote, em certames licitatórios, a preferência de contratação para empresas que adotem programas de integridade em sua estrutura interna como critério de desempate, tendo como objetivo prevenir e evitar no momento de execução do contrato o desvio de verbas públicas, as fraudes contra a Administração Pública os atos de improbidade administrativa, os atos atentatórios à boa execução do objeto a ser adjudicado no certame licitatório, a ofensa aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (conforme art. 37, caput, da Constituição Federal) e quaisquer atos que prejudique ou obste à persecução do interesse público.

Entendemos ser importante mecanismo que visa estimular as melhores práticas para a efetivação de um valor contra a corrupção que, neste momento, tanto assola a Nação.

Sala Alberto Santos Dumont, 26 Novembro de 2019.


MARCOS PEREIRA DE AZEVEDO

VEREADOR



PASTOR SARGENTO MARCOS
VEREADOR

 /VerPastorSargentoMarcos  /PastorSargentoMarcos  Gabinete: (13) 4009-2159